

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DA SAÚDE  
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE – CES/RS**

**ATA DA 7ª PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CES/RS-2014**

2  
3

4 No dia 22 do mês de Maio de 2014, às 14h, no Auditório do Conselho, na Avenida Borges  
5 de Medeiros, 1501/20º andar, reuniu-se o Plenário do CES/RS, com os seguintes pontos de pauta:  
6 **1º) Ata (Plen. Ord – 6ª /2014) e Expedientes; 2º) 3ª Conferência Estadual de Saúde**  
7 **do(a) Trabalhador(a) do Rio Grande do Sul – 3ª CEST/RS; 3º) Proposta de Resolução de**  
8 **funcionamento das Comissões do CES/RS; 4º) Palestra “Alimento Orgânico e Saúde”; 5º)**  
9 **Apresentação do Plano de enfrentamento da Epidemia de DST/AIDS no Estado do Rio**  
10 **Grande do Sul – SES/DAS/DST/AIDS/RS; 5º) Debates e encaminhamentos. Titulares:** Zilá  
11 Cohen, Ana Maria Valls, Eni Bahia, Juliana Wingert, Carlos Weber, Paulo da Silva, Camila Jacques,  
12 Ivete Dornelles, Ana Maria Martins, Ana Maria Alberoz, Jairo Tessari, Alcides Pozzobon, Adão  
13 Zanandrea, Carlos Duarte, João de Deus Pawlak, Leila Ghizzoni, Cláudio Augustin, Luiz Pinheiro,  
14 Lúcia Silveira, Vera Leonardi, Fernanda Marques da Silva, Jane Pilar, Camila Giugliani **Suplentes:**  
15 Aurélio Pereira, Ricardo Charão, Miriam Kolinger, Paula Fortunato, Paulo Ribeiro, Márcio Rafael  
16 Slaviero, José Eduardo Bernhardt. **1º) Ata (Plen. Ord – 6ª /2014) e Expedientes:** Paulo abre a  
17 plenária lendo os pontos de pauta e avisa que alguns deles foram invertidos, então a plenária terá o  
18 ponto da AIDS discutido antes do ponto dos alimentos orgânicos. Ele faz a votação da ata referida  
19 na lista de pontos. Ele diz que participou hoje de audiência pública na Comissão de Assuntos  
20 Municipais para tratar do assunto da diferença de classe, onde várias entidades estiveram presentes  
21 e tiveram posicionamento unânime contra a diferença de classe. Ele fala que solicitou que  
22 enviassem e-mails ao STF para mostrar seu posicionamento quanto ao assunto. O presidente relata  
23 que o controle social foi excluído da audiência pública, mas que estará presente no local  
24 apresentando uma moção de repúdio. Jairo comenta que na audiência pública estiveram ausentes  
25 muitas entidades e pede para que, já que não puderam estar lá, que auxiliem na pressão enviando e-  
26 mails. Paulo reclama da ausência de pessoas na plenária e diz que de nada adianta as discussões  
27 internas se não houver briga fora do conselho. Ele diz que haverá uma audiência dia 28/05 sobre as  
28 restrições dos hospitais de pequeno porte. Jairo explica a resolução 064/14, da CIB. O conselheiro  
29 diz que o Estado está distribuindo 250 milhões para os hospitais filantrópicos do Rio Grande do Sul  
30 e, para essa distribuição, separou os hospitais em duas categorias: os hospitais do grupo 1, que são  
31 os hospitais gerais, e os hospitais que se situam em municípios de até 10 mil habitantes e que não  
32 têm condições ideais de fazer cirurgias e partos. Ele afirma que o Estado está dando incentivos para  
33 que esses hospitais deixem de realizar partos e façam apenas serviços de promoção da saúde e de  
34 atendimento a pessoas que necessitam de cuidados continuados, uma vez que estes não têm equipes  
35 multidisciplinares, que seriam necessárias para isso. Charão diz que isso tem a ver com a portaria  
36 10.340, que divide os hospitais por categoria, e que o Rio Grande do Sul ficou com a questão de ter  
37 hospitais de pequeno porte em pequenos municípios, os HPPS, e de passar serviços que esses não  
38 conseguem fazer a hospitais de maior porte. Ana Maria diz que não concorda com os hospitais de  
39 pequeno porte não poderem fazer pequenas cirurgias. Ela comenta que escutou a secretária falar em  
40 um congresso, que não há pediatras pra contratar e afirma que o que falta são salários certos para os  
41 cargos, não funcionários. Paulo diz que a discussão não deve ser feita apenas em questão de ponto  
42 político, não apenas técnico, porque prefeito nenhum vai querer perder hospital. Cláudio questiona  
43 sobre a suspensão de uma assistente social residente da Escola de Saúde Pública sem qualquer  
44 processo formal e sem qualquer direito de defesa. Paulo diz que já solicitou explicações do Estado e  
45 que a gestão está presente, então ela talvez poderá responder a dúvida. Ele diz que recebeu uma  
46 correspondência do CNS que nomeia João Derci Inês de Souza como seu representante na 3ª  
47 Conferência Estadual da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Ele também anuncia que o  
48 Conselho Estadual de Saúde recebeu um convite do Conselho Municipal de Saúde para o dia 29 de

49 maio, para comemorar seus 22 anos. Diz que encaminharam um documento à Secretaria da Saúde  
50 sobre o caso da funcionária mencionada por Cláudio. Márcio faz uso da voz e diz que a única  
51 informação que tem agora sobre o assunto foi extraoficial e de que a residente teria recebido seu  
52 direito de defesa. Ele afirma que acelerará o caso para saber o que aconteceu realmente. Vera  
53 Leonardi diz que um membro da Comissão de Saúde Mental fez um relato de que uma senhora  
54 moradora de rua que ela, o membro da Comissão de Saúde Mental, tratava sumiu. Segundo a  
55 denúncia, as pessoas na região foram questionadas e elas responderam que uma viatura levou a  
56 senhora. **2º) 3ª Conferência Estadual de Saúde do(a)Trabalhador(a) do Rio Grande do Sul – 3ª**  
57 **CEST/RS:** Cláudio informa que amanhã será a última conferência macrorregional e que as demais  
58 não tiveram problemas incomuns até agora. Diz que agora o CES tem que referendar os delegados  
59 eleitos pelo conselho e encaminhados pela comissão de organização. Comenta que o critério usado  
60 para fazer a lista dos representantes foi de pessoas que participaram das macros, mas que não foram  
61 eleitos delegados. Diz que a Conferência Estadual será na Casa do Gaúcho, dias 5, 6 e 7 e contará  
62 com salas no colégio Parobé para os grupos de trabalho. **3º) Proposta de Resolução de**  
63 **funcionamento das Comissões do CES/RS:** Paulo diz que essa proposta de resolução visa regular  
64 as ações das comissões, pois a Comissão de Etnias está agindo independentemente do CES,  
65 enquanto deveria ser um grupo de apoio ao Conselho. Diz que não haveria erro em tais ações se  
66 fizessem um órgão independente ou se trabalhassem em conjunto com o CES. O presidente lê a  
67 resolução e realiza a votação. A resolução é aprovada. **5º) Apresentação do Plano de**  
68 **enfrentamento da Epidemia de DST/AIDS no Estado do Rio Grande do Sul –**  
69 **SES/DAS/DST/AIDS/RS:** Charão faz a leitura e comentários explicativos do plano de trabalho  
70 para a apreciação dos conselheiros. Paulo diz que a apresentação está sendo feito um pouco tarde.  
71 Comenta que a questão da AIDS é muito séria e também que essas ações não dependem apenas do  
72 Estado, mas também dos municípios. Ele fala que deveria ter convite para representantes do CES no  
73 trabalho e que já há dois candidatos. O presidente diz que a Comissão de AIDS do CES discutiria o  
74 material para que o CES deliberasse e contribuísse na campanha. Paulo comenta que o deputado  
75 Adilson encaminhou para o CES que já fez sua a moção de repúdio contra a diferença de classe.  
76 João de Deus questiona a falta dos números de casos de AIDS na apresentação. Diz que a única  
77 coisa que viu boa no plano foi o teste rápido da AIDS. Ana Valls pergunta se em algum momento a  
78 comissão e o grupo de estudos da AIDS no Estado do Rio Grande do Sul fez alguma pesquisa sobre  
79 a AIDS e os agrotóxicos do grupo dos piretróides, estes que estão presentes no dia a dia rural desde  
80 a década de 80, que baixam a imunidade do ser humano e que, por isso, podem estar facilitando a  
81 difusão da DST. Ana Maria questiona sobre o teste rápido, que foi solicitado para que fosse  
82 escolhido um dia por semana para que o médico se dedique para esse tratamento e que isso poderá  
83 aumentar mais a segregação, sendo melhor esses exames serem feitos em consultas. Diz que deveria  
84 haver novamente os Centros de Referência, pois eles ajudam a manter a discricção das famílias, além  
85 de disponibilizar a escolha de fazer o exame em UBS. Sobre a AIDS na infância, ela que questiona  
86 quem ficou no lugar dos médicos que trabalham na AIDS-pediátrica e que se aposentaram. Comenta  
87 que conversou com um dos aposentados e este a contou que se prontificou a treinar sem  
88 remuneração novos médicos para o cargo, porém foi lhe dito que não havia lugar para mais uma  
89 mesa. Diz que outro problema é a falta de tratamento de portadores de AIDS a partir dos 14 anos.  
90 Ela dá o exemplo do Hospital Conceição, que para de tratar os pacientes quando estes chegam aos  
91 14 anos. Questiona como continuar o tratamento destes pacientes. Diz que sentiu falta das  
92 secretarias de educação estadual e municipais neste plano da presença, que deveriam trabalhar  
93 junto, na prevenção. Afirma que se deve ter um telefone para dar informações, não apenas o  
94 aplicativo para iPhone e aparelhos do gênero, pois nem todos tem acesso a este tipo de mídia. Ele  
95 reclama da falta de contratação de profissionais, pois não faltam candidatos, mas sim condições,  
96 como remuneração, certas para os efetivos dos cargos. Carlos Duarte comenta sobre os dados da  
97 AIDS, ponto no qual João de Deus tocou, que fazem com que o Rio Grande do Sul tenha uma  
98 epidemia maior e diferente de todas as outras no país. Comenta que é a maior incidência e maior  
99 mortalidade no Brasil e o motivo disso é desconhecido ainda. Diz que o maior número de casos é na  
100 região metropolitana. Comenta que a sobrevida dos gaúchos com AIDS é metade da sobrevida do

101 resto dos brasileiros. Diz que há 6 anos houve uma solicitação de pesquisa sobre o assunto, mas até  
102 agora não foi feita. Comenta que só há suposições sobre o motivo do Estado da AIDS no RS, mas  
103 nenhuma resposta. Diz que há uma suspeita de que o subtipo de vírus presente no RS é mais  
104 agressivo e contamina mais fácil. Sobre o plano apresentado, Carlos diz que as ações propostas não  
105 são de caráter urgente, como se pede o trabalho necessário no Estado. Diz que a Secretaria tem que  
106 admitir que há um problema sério em relação à AIDS no Estado. Ele critica que no plano anterior,  
107 que teve em mãos e tem algumas diferenças para o apresentado, há um ponto, que ele desconhece se  
108 é um dos que diferem os planos, que prioriza a rede de testagem em redes cegonha, em vez de  
109 priorizar os grupos de risco. Carlos Duarte critica também a filosofia de incentivar as pessoas a se  
110 tratar evitando espalhar a doença, em prioridade a cuidar de si. Charão diz que o convite para o  
111 grupo de trabalho será repassado a todos e que o grupo não será mais aberto a qualquer pessoa e,  
112 sim, fechado e institucionalizado. Diz que a disponibilização do plano de trabalho é feita para  
113 qualquer cidadão. Quanto ao que João perguntou, dos dados da AIDS, diz que eles são apresentados  
114 juntos com o Plano Estadual de Saúde. Diz que é preciso lembrar no ponto das ações de que as  
115 atribuições do Estado são diferentes das dos municípios e que o tratamento de ponta é feito por  
116 estes, apoiados pelo fornecimento de materiais e pelas capacitações técnicas feitas pelo Estado. Em  
117 relação às colocações de Ana Valls sobre o agrotóxico, ele diz que desconhecia o fato, mas que o  
118 levará para o grupo de trabalho. Respondendo a Ana Maria, diz que cada município organiza o  
119 processo de trabalho de suas equipes de maneira diferente e que a orientação feita pela Secretaria de  
120 Saúde do Estado é que os municípios trabalhem em consonância com as diretrizes do Ministério da  
121 Saúde. Isto significa utilizar a atenção básica preferencialmente se ofertar testagem, porém como o  
122 processo é feito é algo de competência do município. Diz que o objetivo é capacitar 100% das  
123 unidades básicas de saúde nos municípios prioritários para que possam fazer testagem. Relata que  
124 ano passado 90% dos testes disponibilizados foram para a rede de atenção básica. Sobre a  
125 transmissão vertical do HIV, diz que há profissionais médicos trabalhando nessa área no bairro  
126 Partenon. Diz que desconhece o registro de contato formal do doutor Aloísio Cardoso se dispendo a  
127 trabalhar com a SES, mas que gostaria de tê-lo na equipe. Em relação a passagem de pacientes da  
128 atenção na pediatria para o manejo clínico do adulto, diz que desconhece o trabalho específico do  
129 Hospital Conceição, mas que é por isso que o plano visa a regulação dos tratamentos. Diz que  
130 levará esse assunto do tratamento dos adolescentes para o grupo de trabalho. Quanto ao lugar das  
131 secretarias municipais de educação no assunto, ele afirma que não é nesse plano que será  
132 contemplado e diz que há um trabalho de saúde na ESP para tratar de educação em relação a AIDS  
133 nas redes municipais e estaduais de ensino. Sobre o telefone, ele divulga o número 0800.54.10.197  
134 já existente há anos e pede que ela auxilie na divulgação. Quanto aos profissionais, diz que isso  
135 cabe aos municípios e que repassaram recursos a eles para que façam contratação de recursos  
136 humanos nas áreas de enfermagem. Comenta a fala de Carlos Duarte e diz que não dá para fazer  
137 comparação em relação aos outros estados, pois são casos diferentes, e o que importa é a  
138 responsabilidade diante dos gaúchos. Sobre a sobrevida, diz que desconhece o estudo que fala que a  
139 sobrevida dos gaúchos é metade da do resto do Brasil. Comenta que a informação do fato de haver  
140 ou não uma epidemia generalizada não é confirmada ainda, pois solicitaram um estudo sobre isso  
141 ao Departamento de DST/AIDS e a única informação que receberam foi extraoficial, a que Carlos  
142 comentou e que não é certa nem segura. Charão afirma que o vírus do subtipo C não tem maior  
143 facilidade de transmissão do que os outros subtipos, como o que foi dito por Carlos Duarte. Diz que  
144 os subtipos estão relacionados a forma mais fácil de sua transmissão. Ele comenta que a questão  
145 que diferencia o subtipo C é o manejo químico, que responde de maneira diferente aos retrovirais  
146 em relação ao subtipo B. Diz que a Secretaria assume o caráter grave da doença no Rio Grande do  
147 Sul, se não, não teria porque assinar o pacto interfederativo. Comenta que nesse sentido o plano é  
148 emergencial, na medida que não cabe à Secretaria executar diretamente as ações. Diz que o  
149 fundamental agora no desenvolvimento do trabalho é, junto às secretarias municipais de saúde e à  
150 sociedade civil, garantir que o plano seja concretizado em ações do cotidiano. Por fim, diz que  
151 desconhece que em algum momento tenham dito que a testagem seria prioritariamente nas redes  
152 cegonhas. Afirma que a rede cegonha é prioridade apenas no ponto da transmissão vertical. Charão

153 comenta o que Carlos falou sobre a filosofia de priorizar a não transmissão e diz que é uma  
154 dinâmica comunitária, mas que não estão responsabilizando os sujeitos por transmissões e novos  
155 surgimentos, pois isso seria violar os direitos. Ele comenta que semana passada houve a publicação  
156 da política de saúde da população LGBT, por parte da SES e, no início desta semana, o Seminário  
157 Estadual Sobre Notificação de Violência, em especial a violência contra a população LGBT. Diz  
158 que a violência é um fator que condiciona e determina a vulnerabilidade, por isso a SES se  
159 envolveu também. Paulo solicita que Carlos repasse todos os dados da situação da AIDS para o  
160 CES, para que o Conselho repasse a sua Comissão de DST/AIDS estudar. João de Deus diz que o  
161 plano não abrange a segurança alimentar e reclama sobre o fechamento do Bandeirão Popular há um  
162 ano. Diz que este programa garantia um mínimo de segurança alimentar aos moradores de rua, um  
163 dos grupos de risco de DST/AIDS e tuberculose e que segurança alimentar é importante para  
164 diminuir a vulnerabilidade destes grupos. Carlos Duarte comenta que falta a planilha de aplicação  
165 financeira. Diz que concorda que não se deve ficar comparando o Rio Grande do Sul com os outros  
166 estados e que se deve trabalhar dentro do Estado, mas esse trabalho está se arrastando. Comenta que  
167 as coisas estão acontecendo agora, mas que as piores consequências são a longo prazo. Diz que não  
168 só no nível estadual, mas no nível municipal também falta muita ação emergencial. Comenta que  
169 para que isso se realize, precisa ser feito um chamamento à população, mas quem deve fazer esse  
170 chamamento é a gestão. Paulo comenta o que João falou sobre a falta de tratar da segurança  
171 alimentar no plano, mas que o plano irá para o CES e que, então, poderão trabalhar em cima.  
172 Quanto ao fechamento do Bandeirão Popular, Paulo diz que o conselho deve fazer um trabalho  
173 político em relação a isso. Charão diz que todos os dados e documentos que têm referentes à AIDS  
174 e à tuberculose estarão disponíveis na Secretaria. Quanto a segurança alimentar, diz que é um ponto  
175 que não cabe dentro do plano, mas que concorda que é um a receber atenção e discussão dentro do  
176 CES. Responde ao Carlos sobre a questão da linha de cuidado e diz que há um avanço na linha de  
177 cuidado e que repasses financeiros aos municípios depende da maneira que eles aplicam as linhas  
178 de cuidado. Diz que no segundo semestre farão uma oficina para discutir qual é o papel da  
179 sociedade para garantir que a linha de cuidado seja implementada. Paulo reforça o pedido dos dados  
180 sobre a situação da AIDS, para que a Comissão de AIDS estude. **4º) Palestra “Alimento Orgânico  
181 e Saúde”:** Leila diz que como na próxima semana é a semana do alimento orgânico e sendo  
182 alimentação um assunto que tem total interface com a saúde, trouxeram o tema para apresentar à  
183 plenária. Ela nomeia os que farão mesa para a apresentação: Agda Icuda, da Secretaria de  
184 Desenvolvimento Rural; os agricultores Elizeu Rosa da Silva e seu Juca, do Sítio Tio Juca; e  
185 Carmen Franco, nutricionista do Conselho Regional de Nutricionistas. Ela convida o conselho para  
186 assistir a exibição hoje à noite do filme “O Veneno Está Na Mesa 2” na Assembleia Legislativa.  
187 Agda Icuda faz a apresentação do material para apreciação do conselho. Paulo passa a coordenação  
188 da Mesa na atual plenária para Carlos Duarte, pois irá se ausentar. Juca relata sobre sua experiência  
189 como produtor orgânico. Diz que trabalha há 17 anos no ramo, produzindo e fazendo turismo rural.  
190 Comenta que seu trabalho é rústico, pois não usa maquinário algum, apenas trabalho artesanal e que  
191 não utiliza produtos químicos artificiais, tampouco esterco como adubo, produzindo o próprio  
192 adubo com o material orgânico que sobra de seus produtos. Diz que só não faz sua semente.  
193 Compara que, diferente dos agricultores convencionais, sua prioridade não é só o lucro, mas  
194 também em garantir o bem do consumidor. Diz que prefere usar produtos utilizados por ele mesmo  
195 na plantação pois ele conhece a procedência. Comenta que a agricultura familiar é a alternativa a se  
196 seguir em relação a agricultura convencional, que escraviza os consumidores. Diz que 70% da sua  
197 produção ele vende nas feiras e 30% para casa, para fazer compotas e doces para receber visitantes  
198 à roça. Comenta que é importante as pessoas saberem do que são produtos orgânicos. Relata que o  
199 primeiro grupo de produtores orgânicos foi feito em sua casa. Conta que conseguiram uma OCS,  
200 direito de vender direto ao consumidor, e que estão lutando por uma OPAG, uma certificação  
201 participação. Carlos Duarte pergunta onde fica o endereço de Juca, para quem quiser fazer o  
202 turismo rural. Juca diz que fica no bairro Lami, na rua Luiz Corrêa da Silva. Comenta também que  
203 há a feira na José Bonifácio, onde as pessoas podem, além de adquirir os produtos, conversar e se  
204 informar. Carmen diz que como sendo um órgão do controle social da saúde no Estado, ela tem a

205 certeza da compreensão de todos da vinculação da alimentação com a saúde. Afirma a possibilidade  
206 de tratamento de doenças através da alimentação. Comenta a incidência de obesidade no mundo,  
207 que isso não significa uma melhor alimentação. Diz que o trabalho cotidiano dos nutricionistas é  
208 garantir a alimentação adequada. Afirma que consideram o alimento como algo para promover  
209 saúde, mas que ele não o tem feito por causa das maneiras de produção e consumo atuais. Conta  
210 que 40% dos produtos orgânicos são provenientes da agricultura familiar e diz que por isso devem  
211 ir atrás desse modelo, que auxilia inclusive na saúde do produtor e do ambiente. Diz que se deve  
212 fazer políticas públicas para promover isso. Carlos Duarte convoca quem quiser fazer perguntas.  
213 Ana Valls diz que esse tema entra em algo que ela diz, que é que se deve discutir a saúde, não só a  
214 doença. Comenta que estão sendo realizadas as Conferências de Saúde do Trabalhador e da  
215 Trabalhadora e nelas estão sendo levadas pontos referentes a produção agroecológica, ao uso de  
216 agrotóxicos e de transgênicos. Diz que seu Juca trabalha em um modelo que é mais saudável que o  
217 modelo da agricultura convencional, esta que prejudica a saúde dos trabalhadores. Comenta que  
218 lutar contra esse ambiente insalubre de trabalho é coerente com as conferências. Lista situações que  
219 foram aprovadas em conferências macrorregionais, que são: promover ações interinstitucionais e  
220 intersetoriais de combate ao uso de agrotóxicos, envolvendo órgãos responsáveis pela saúde, pelo  
221 trabalho, pela educação, pelo meio ambiente, pela agricultura e pelos movimentos sociais, visando a  
222 promoção e proteção da saúde da população e do meio ambiente; implementar um conjunto de  
223 políticas públicas que incentivem e valorizem a agricultura familiar, a comercialização e a produção  
224 de produtos agroecológicos, privilegiando as metodologias participativas e garantindo a ampliação  
225 da cidadania e da inclusão social. Diz que há várias outras propostas e sugere que acompanhem o  
226 processo de luta pela saúde do trabalhador que está abordando essa produção agrícola como ponto  
227 de promoção de saúde para o trabalhador. Carlos Weber diz que descende de família que fazia  
228 produção agrícola sob modelo de agricultura familiar e que em sua infância provou de alimentos  
229 orgânicos. Ele compara com os produtos da agricultura convencional, dizendo que estes têm uma  
230 qualidade inferior aos daqueles. Diz que essa área tem muitos assuntos a serem debatidos e que  
231 seria interessante fazer uma plenária específica. Ary, visitante, diz que se familiariza com a fala de  
232 João de Deus de usar a alimentação como forma de tratamento da tuberculose, pois em sua infância  
233 escutava que a forma de tratá-la era justamente melhorando os hábitos alimentares. Diz que o  
234 Bandeirão Popular deve voltar provido de alimentos orgânicos, para que estas pessoas da ponta  
235 tenham alimentação saudável. Comenta que as feiras ecológicas são o caminho de fazer a  
236 aproximação desses alimentos às pessoas. Diz que há um aumento na revalorização do ambiente, o  
237 que pode ser visto no aumento de pessoas indo às feiras orgânicas. Adão relata que na Casa do  
238 Idoso, onde trabalha em auxílio, e que planta há anos árvores frutíferas e vegetais em hortas,  
239 provem uma alimentação saudável aos internados no local. Diz que fez uma fala como conselheiro  
240 do Conselho do Idoso para que os colegas façam pastorais de saúde quando os outros estiverem  
241 doentes, levando alimentos plantados em casa, que servem de farmácia caseira. Comenta que  
242 incentiva idosos do meio rural a terem suas hortas em casa. Vera Leonardi diz que trabalha na saúde  
243 mental na área de pacientes com problemas psicóticos, grupo populacional que vem crescendo. Ela  
244 diz que é do interior e que as frutas lá têm outro sabor e que esses alimentos são bons para  
245 promover saúde mental, ajudando no tratamento dos pacientes. Pergunta onde e como ela pode  
246 procurar informações para melhorar o trabalho de seu grupo e onde se pode ter uma lista de todas as  
247 feiras. João de Deus conta que também comia alimentos rurais. Diz que problemas de saúde que as  
248 pessoas vêm enfrentando, como câncer, são provenientes dos alimentos da agricultura  
249 convencional. Comenta que segurança alimentar pode ser um tópico de discussão dentro do  
250 conselho, para que auxilie o acesso das pessoas internadas em lugares como casas de idosos a  
251 alimentos orgânicos, fazendo um tratamento mais saudável. Sugere que se faça uma parceria com o  
252 Conselho de Segurança Alimentar para que se faça uma resolução dizendo que as casas que  
253 atendem as populações vulneráveis sejam obrigadas a fazer a alimentação dessas pessoas com  
254 produtos da agricultura familiar. Diz que se deve fazer a discussão para que esses alimentos  
255 cheguem às escolas, às casas de idosos etc, de maneira forçada, uma vez que a alimentação desses  
256 lugares é de origem desconhecida. Eni Bahia diz que a agricultura familiar depende de uma política

257 que está sendo malconduzida, que é a questão das terras. Comenta que essa questão é uma que tem  
258 que ser melhor administrada, para que possa ter esse modelo de agricultura familiar bem aplicada.  
259 Diz que se deveria ter mais parcerias entre os grupos e instituições, como a pastoral, para lutar por  
260 isso. Afirma que esse assunto deveria ter investimento na área da educação. Ivete propõe que se  
261 faça uma plenária extraordinária ou única onde se fale de segurança alimentar e agrotóxicos. Sugere  
262 que se exiba o filme “O Veneno Está na Mesa” nessa plenária. Carlos Duarte comenta que certa vez  
263 discutiram no CNS, o Guia de Alimentação Saudável, e que essa discussão poderia ser feita no  
264 CES. Diz que na semana passada houve uma discussão em Brasília sobre a reformulação da política  
265 de promoção da saúde, onde se levantou o sucesso da luta contra o tabagismo, porém foi pouco  
266 falado sobre a alimentação e sobre o álcool. Chama a atenção para o fato de que a Copa está sendo  
267 patrocinada por empresas de produção de cerveja e a rede de fast-food McDonalds, contrapontos à  
268 promoção de uma alimentação saudável. Relata que a Coca-Cola está distribuindo nas escolas  
269 cartilhas sobre saúde, porém nesse material, sintetizando o que informa sobre alimentação saudável,  
270 está dito que a obesidade e má alimentação estão relacionados com a quantidade de alimentos  
271 ingeridos, porém não se fala na qualidade. Reforça a sugestão que deram de fazer uma plenária  
272 específica sobre os alimentos orgânicos. Agda recomenda a quem está interessado no assunto a  
273 fazer os roteiros e os caminhos ecológicos presentes em Porto Alegre. Ela diz que estão fazendo um  
274 levantamento de todas as feiras ecológicas que acontecem no Rio Grande do Sul. Diz que dia 31  
275 estreará uma feira de alimentos orgânicos no bairro Três Figueiras. Lista as feiras ecológicas de  
276 alimentos orgânicos na Capital. Juca diz que quem quiser ir fazer a visita em grupo a sua terra  
277 deveria ir individualmente antes, para ter um pré-conhecimento. Carmen comenta a proposta de  
278 resoluções intersetoriais para incentivo à aquisição de alimentos de qualidade, salientando que já  
279 existe na Política Nacional de Alimentação Escolar, a indicação de 30% da aquisição de produtos da  
280 agricultura popular. Relata que no interior há trabalhos onde se faz 70, 80% da aquisição,  
281 incentivando a economia local. Diz que houve uma proposta nas escolas de levar as crianças à  
282 “Fábrica da Alegria da Coca-Cola” e que o Conselho Municipal de Segurança Alimentar se  
283 posicionou, assim como o Conselho Regional de Nutricionistas. Carlos Duarte diz que da plenária  
284 saiu a proposição de fazer uma plenária abordando o assunto da agricultura familiar e os alimentos  
285 orgânicos. Nada mais havendo a tratar, Carlos Alberto Ebeling Duarte, Coordenador do CES/RS,  
286 deu por encerrada a reunião, da qual eu, João Pedro Brutschin Severo, lavrei a presente ata que,  
287 após leitura e aprovação, será assinada pela Mesa Diretora. Porto Alegre, 30 de maio de 2014.

288

289 Paulo Humberto Gomes da Silva  
290 Presidente do CES/RS

Célia Chaves  
Vice Presidente do CES/RS

291

292

293 Alfredo Gonçalves  
294 Coordenador do CES/RS

Sônia Pinheiro  
Coordenadora do CES/RS

295

296

297 Jairo Francisco Tessari  
298 Coordenador do CES/RS

Márcio Belloc  
Coordenador do CES/RS

299

300

301 Carlos Alberto Ebeling Duarte  
302 Coordenador do CES/RS

Odil Gonçalves Gomes  
Coordenador do CES/RS